

Recurso tenta retomar luta contra invasor

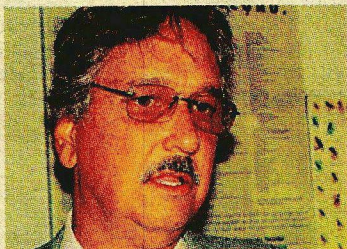
Lígia Maria

A superintendência regional do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama-DF) e Governo do Distrito Federal unirão forças para retomar o trabalho de desocupação das Áreas de Proteção Permanente (APP) de Vicente Pires, Vila São José e Colônia Agrícola Samambaia. Segundo Francisco Palhares, superintendente do Ibama-DF, um grupo misto de técnicos na região foi encarregado de documentar o descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e apontar as fragilidades ambientais do local.

— Aqueles que ocupam as APPs são criminosos e terão de responder ao Ministério Público Federal — disse Palhares.

O levantamento será encaminhado ao juiz federal Hamilton Sá Dantas, em resposta à liminar, que suspendeu, na quarta-feira, o cronograma de derrubadas. O Ibama tem prazo até o dia 7 para justificar a operação. Caso a Justiça não acate os esclarecimentos e barre as desocupações, Ibama e GDF recorrerão da decisão.

— Quando se assina um instrumento como o TAC é preciso cumpri-lo a ferro e fogo. É por isso que, independentemente da liminar, continuamos a notificar quem construiu nas APPs — afirmou José Gomes Pinheiro Neto, secretário de Articulação de Assuntos Urbanísticos e Ambientais.



“Aqueles que ocupam as Áreas de Proteção Permanente são criminosos

Francisco Palhares, superintendente do Ibama

Diante da decisão judicial, a direção do Ibama se reunirá na próxima segunda-feira com a procuradora da República Ana Paula Mantovani, para discutir nova estratégia de cumprimento do TAC. Na semana passada, o Ministério Público Federal recomendou ao órgão que revisse a licença ambiental concedida para o início das obras de instalação de infra-estrutura. O encontro servirá para redefinir prazo.

No pedido de liminar, a Associação Comunitária de Vicente Pires (Arvips) questiona o TAC e pede que as desocupações nas APPs sigam o levantamento do EIA/Rima. Os moradores acreditam que ganharam tempo para buscar entendimento.

— Queremos uma solução ampla e não somente para as APPs — defendeu o presidente da Arvips, Dirsomar Dantas.



Derrubada de casas que estão junto a nascentes, em Vicente Pires: suspensão por liminar